CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE nº 202/90 - (SE-661/90)

INTERESSADO: OSWALDO GIROLDO JÚNIOR

ASSUNTO: Recurso - Avaliação final - EEPG "Prof. Américo de Moura"

RELATORA: Cons^a MARIA BACCHETTO

PARECER CEE Nº 271 /90 - - APROVADO EM 04/04/1990.

Conselho Pleno

1. HISTÓRICO

1.1 Oswaldo Giroldo júnior, aluno regularmente matriculado na 2ª série do 2º grau da EESG "Prof, Américo de Moura", desta Capital, representado por seu pai, recorre a este Conselho, em 29/01/90, contra a sua retenção em Língua Portuguesa, História, Geografia e Química.

1.2 O interessado alega em resumo que:

- após uma semana da greve de professores, foi submetido a provas e não foi bem "tendo avaliação fraca no 2º bimestre";

- no 2º semestre, recuperou-se do aproveitamento fraco do semestre anterior, tendo obtido boas notas;

- a greve tumultuou o ano letivo e "as matérias dadas no 2º semestre foram colocadas apressadamente" e mesmo assim, recuperou-se totalmente", estando "com boa avaliação e condições de cursar o 3º ano";

- na soma final das notas "ficou por 1 (um) ponto em; 4 matérias", sem merecer oportunidade para recuperação, embora entenda que a "avaliação deve ser qualitativa e não quantitativa";

- pela documentação apresentada pela escola à 6ª DE, "deixa claro que estava reprovado, já no 1º semestre, pois não houve mérito à sua ótima recuperação...";

- em 1989, seu desempenho foi melhor do que em 1988, "ano em que foi aprovado sem ficar para recuperação";

- a escola não ofereceu recuperação paralela, embora estivesse orientada para isso.

1.3 De acordo com a documentação que instrui o processo apenso, os fatos são estes:

1.3.1 em 21/12/89 em requerimento dirigido ao Conselho de classe da escola, o interessado solicita uma nova reavaliação de sua situação escolar, uma vez que em reunião de 19/12/89, aquele Conselho o considerara retido em quatro disciplinas sem direito de participar da recuperação final;

1.3.2 em 22/12/89, o Conselho de Classe, reunido extraordinariamente, ratifica sua decisão anterior apresentando, entre outras, as seguintes considerações:

a) o interessado obteve menção "D" em quatro disciplinas, quando por força do artigo 89, parágrafo único de R.C.E.E.S.G., só poderia ter tido tal menção em duas para ser submetido a estudos finais de recuperação;

b) a melhoria no aproveitamento apresentado pelo aluno em algumas disciplinas "foi insuficiente para garantir-lhe condições de acompanhar, de maneira satisfatória o conteúdo a ser desenvolvido na terceira série do segunda grau";

1.3.3 em 29/12/89, a pedido de interessado, o Conselho de Classe reúne-se pela terceira vez e a direção da escola informa à 6ª DE que "após ampla discussão e detalhados esclarecimentos sobre o aproveitamento do aluno e baseada nas informações contidas nos documentos anexos "decidiu" acatar a determinação do Conselho de Classe quanto à retenção do aluno;

1.3.4 em 29/12/89, o interessado protocola, na escola, recurso dirigido ao titular da 6ª DE contra a decisão acima mencionada que, acompanhado de toda a documentação prevista na Resolução SE 235/87, é encaminhado à citada Delegacia de Ensino.

1.3.5 a supervisão da referida Delegacia, diante dos documentos apresentados e da análise do caso, manifesta-se em 16/01/90 pelo não-acolhimento do solicitado paio aluno, tendo em vista que:

- não houve descumprimento do dispositivo legal, o Regimento Escolar;

- não se revelou nenhuma atitude discriminatória em relação ao aluno, "pois se analisarmos o seu desempenho tanto na 1ª série, como na 2ª série do 2º grau, verificamos que seu rendimento oscila entre fraco e regular";

- não se configuraram falhas no processo de avaliação adotado pela escola;

1.3.6 o Delegado de Ensino da 6ª DE, ratificando a proposta da supervisão, encaminha o processo diretamente ao CEE, via Gabinete do Secretário, onde dá entrada em 21/02/90.

2. APRECIÇÃO

2.1 Analisando os autos, verificamos que nas quatro disciplinas em que ficou retido, de acordo com sua ficha escolar, no ano letivo de 1989, o interessado obteve os seguintes resultados:

1º bim. 2º bim. 3º bim. 4º bim. Conc.Final

L.Portuguesa	C	C	D	C	D
História	D	D	C	B	D
Geografia	C	D	C	C	D
Química	C	D	C	C	D

De acordo com o artigo 14 da Lei 5692/71 "a verificação do rendimento escolar ficará, na forma regimental a cargo dos estabelecimentos, compreendendo a avaliação do aproveitamento e a apuração da assiduidade"

Nada há que justifique a interferência deste Colegiado na decisão tomada pela escola e mantida pela Delegacia de Ensino, uma vez que a unidade escolar, neste caso, cumpriu suas funções, obedecendo as normas do Regimento Comum das Escolas Estaduais, no seu Capítulo III "Da Verificação do Rendimento Escolar".

O aluno apresentou durante o ano letivo baixo aproveitamento escolar; a ligeira melhora apresentada no 4º bimestre não indica, perante o quadro geral do pouco aproveitamento apresentado, durante o ano, que o aluno tenha condições de ser aprovado.

Considerando o exposto, não vemos motivos de ordem pedagógica ou administrativa que justifiquem alteração da decisão tomada pela escola e mantida pela 6ª DE.

3. CONCLUSÃO

Indefere-se o pedido de recurso contra a decisão da 6ª Delegacia de Ensino da Capital, mantendo-se a retenção do aluno Oswaldo Giroldo Júnior, na 2ª série do 2º grau.

São Paulo, CEE, aos 20 de março de 1.990.

a) Consª MARIA BACCHETTO
RELATORA

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por maioria, a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, nos termos do voto do Relator.

Foi voto vencido o Conselheiro Nacim Walter Chieco.

Sala "Carlos Pasquale", em 04 de abril de 1990.

a) Consº Francisco Aparecido Cordão
Presidente